

EDITORIAL

É com muita satisfação que o Grupo de Pesquisa MSEU (Movimentos Sociais e Espaço Urbano) lança a sua Revista Eletrônica, pondo à disposição das sociedades conhecimentos teóricos e práticos reunidos em torno do tema relativo às inter-relações interdisciplinares entre a dinâmica dos movimentos sociais e a da sua dimensão espacial.

O Grupo MSEU considera “movimentos sociais” como um conceito complexo, amplo e aberto, liberado dos seus ideologismos inconsequentes; e isto porque esses ideologismos acabam, por sua “cegueira”, deturpando a natureza da sua verdadeira dinâmica, ao invés de elucidá-la visando mudar ou influir na dinâmica espacial das sociedades. Com isso, pretende-se contribuir para o aprofundamento e desenvolvimento de debates mais profícuos através dos quais a sociedade possa, autonomamente, selecionar, indicar e seguir os seus próprios caminhos, na busca de um mundo efetivamente melhor para todas e todos.

Nessa perspectiva, movimentos sociais podem constituir qualquer ação oriunda de classes e grupos sociais que, acontecendo em algum lugar e usando os “recursos” – materiais e simbólicos – existentes e inerentes a esse lugar, intenciona intervir, de algum modo, para melhor na dinâmica processual das suas condições de vida. E isto mesmo que elas cheguem apenas a arranhar a estrutura social vigente.

Pode-se configurar essas inter-relações dos movimentos sociais com a dinâmica dos espaços em que – e a partir dos quais – eles ocorrem, no âmbito de uma “geografia política” nas diversas escalas do seu acontecer e em sua complexidade e totalidade. Daí por que não se pode deixar de considerar, pelo menos, as três dimensões políticas relativas ao entendimento do tema ora em causa, as quais sempre estão em contradição e conflito entre elas:

Em primeiro lugar, a geografia política urbana é enfrentada do ponto de vista das **representações**, seja pelas imagens concretamente elaboradas no âmbito das políticas de marketing, seja pelas representações sociais que funcionam como molduras [...] para a resolução de problemas [...]. Em segundo lugar, a esfera da “**política como governo**” é analisada como prática social da perspectiva foucaultiana da governamentalidade, mais do que como estudo das formas de governance. Esta perspectiva

permite, em particular, observar em que medida um processo histórico de “governamentalização” da vida urbana consiste [...] em uma “responsabilização sempre mais marcada do cidadão e das comunidades locais em termos da resolução dos problemas e do melhoramento da condição individual e coletiva” [...]. Enfim, a terceira dimensão da política urbana é: a **esfera da contestação** evidenciada nos trabalhos [...] a partir da distinção entre polícia e política. A primeira refere-se às técnicas com as quais se busca a conservação do poder político-econômico, enquanto a segunda coloca em causa o conjunto das controvérsias e das ações concretas que contestam a ordem do poder e a sua reprodução. (ROSSI e VANOLO, 2010, pp.vii-viii) (destaques nossos) ¹

Em assim sendo, na medida em que se penetra nos interstícios das ações dos movimentos sociais, aproximando-se cada vez mais dos espaços do seu acontecer, percebem-se as condições necessárias à apreensão e explicação do conjunto das intencionalidades que – implícitas e/ou explícitas – movem as condições existenciais em seu movimento contínuo e em algum sentido. Condições que, se por um lado, são sustentadas pelas representações e práticas de governos em execução; por outro, não conseguem apagar e reativam contestações, cujas dinâmicas nunca ficam pairando no ar, distantes dos lugares do seu acontecer.

É a própria sociedade, portanto, que, sob perspectivas de autonomia política, deve munir-se dos instrumentos técnicos e científicos necessários a fim de criar as condições de selecionar e indicar, a partir do existente, o que melhor lhe convier em termos de dinâmica espacial. Com isto, estar-se-á fazendo uma geografia – ou melhor, uma ciência – *verdadeira e justa*. Daí convém ressaltar que uma ciência verdadeira e justa é:

[...] aquela que, observando e conectando os fatos, descobre e expande as potencialidades aptas a melhorar o nosso ambiente de vida material e

¹ Tradução livre feita pelo autor deste Editorial: “In primo luogo, la geografia politica urbana è affrontata dal punto di vista delle rappresentazioni, sia per le immagini concretamente elaborate nell’ambito delle politiche di marketing, sia per le rappresentazioni sociali che funzionano come cornici [...] per la risoluzione di problemi [...]. In secondo luogo, la sfera della “politica come governo” è analizzata in quanto pratica sociale dalla prospettiva foucaultiana della governabilità, piuttosto che come studio delle forme di governance. Tale prospettiva consente, in particolare, di osservare come un processo storico di “governamentalizzazione” della vita urbana consista [...] in una “responsabilizzazione sempre più marcata del cittadino e delle comunità locali nella risoluzione dei problemi e nel miglioramento della condizione individuale e collettiva” [...]. Infine, vi è la terza dimensione della politica urbana: la sfera della contestazione messa in evidenza nei lavori [...] a partire dalla distinzione tra polizia e politica. La prima si riferisce alle tecniche con le quali si persegue la conservazione del potere politico-economico, mentre la seconda chiama in causa l’insieme delle controversie e delle azioni concrete che contestano l’ordine del potere e la sua riproduzione.” (ROSSI, Ugo e VANOLO, Alberto. *Geografia política urbana*. Roma-Bari: Editori Laterza, 2010, pp.VII-VIII)

cultural e, portanto, o nosso benvivere [viver bem] coletivo, em todas as escalas. [...] Se assumimos como fundamento das condições geográficas “verdadeiras e justas” o “viver bem”, criaremos a primeira condição que é a de continuar vivendo. O que significa ter primeiramente uma relação econômica com o planeta e as suas partes, a qual deverá ser eficaz sob o aspecto da *fitness* biológica da espécie humana. E não somente, porque justamente, [...] este “princípio de responsabilidade” deveria concernir à salvaguarda da vida em geral. Além deste vínculo ecológico fundamental, o benvivere que interessa mais de perto à geografia implica também a tendência à igualdade quanto ao acesso aos bens comuns materiais e imateriais, naturais e “artificiais”, presentes nos contextos territoriais em suas diversas escalas. (DEMATTEIS, 2010, p.424) (itálico no original) ²

Diante do exposto, os artigos reunidos nesta Edição da Revista Eletrônica do MSEU – a qual, por se tratar do seu primeiro número, possui um caráter de Edição Especial – possuem preocupações e compromissos que se aproximam na medida em que delimitam problemas sociais dinâmicos e buscam apontar caminhos que estão sendo socialmente delineados visando à sua discussão; o que ocorre com a intenção de contribuir para a construção de novas dinâmicas espaciais. E isto apesar de terem partido de metodologias e objetos diversos de análise. Desse modo, busca-se contribuir para pensar e atuar no sentido da construção de uma sociedade na qual o *bem viver* das mulheres e dos homens seja a meta fundamental a ser concretizada, a partir de compromissos éticos com uma ciência *verdadeira e justa*.

Analisando o **movimento social dos povos da floresta amazônica**, a Professora Beatriz Maria Soares Pontes (UFRN) ajuda-nos a compreender os processos desenvolvidos e formadores dos movimentos socioterritoriais, na perspectiva da sua interação com as diversas escalas do seu acontecer. O que é feito ao considerar o território como condição para a formação do movimento social, a partir, especificamente, da experiência do movimento dos “povos da

² Tradução livre feita pelo autor deste Editorial: “[...] quella che, osservando e connettendo i fatti, scopre ed espande le potenzialità atte a migliorare il nostro ambiente di vita materiale e culturale e quindi il nostro benvivere collettivo, a tutte le scale. [...] Se assumiamo come fondamento delle costruzioni geografiche “vere e giuste” il “vivere bene”, esso ha come prima condizione quella di continuare a vivere. Il che significa avere anzitutto un rapporto economico con il pianeta e le sue parti che sia efficace sotto l’aspetto della *fitness* biologica della specie umana. E non solo, perché giustamente, [...] questo “principio di responsabilità” dovrebbe riguardare la salvaguardia della vita in generale. Oltre a questo vincolo ecologico fondamentale, il benvivere che interessa più da vicino la geografia implica anche una tendenziale eguaglianza nell’accesso ai beni comuni materiali e immateriali, naturali e “artificiali”, presenti nei contesti territoriali alle diverse scale.” (DEMATTEIS, Giuseppe. Vedere il non nascosto. Certezze e dubbi sul ruolo pubblico della verità geografica. *Bollettino della Società Geografica Italiana*, Roma, série XIII, vol. III, pp.421-440, 2010, p.424)

floresta amazônica”, inicialmente liderado por Chico Mendes. A autora analisa os significados de conceitos como ocupação, trabalho de base, acampamento, negociação política, organização e territorialização, enquanto referências fundamentais no momento em que nos debruçamos sobre o conteúdo de um movimento social. Ao mesmo tempo, ela reforça que esse movimento é mais uma experiência de um aprendizado em um processo histórico de construção de resistência. Desse modo, ela argumenta que foi na sua práxis que os grupos de seringueiros desenvolveram um conjunto de procedimentos – organizando-se para conseguir “terras de trabalho” – mediante os quais se definiu uma metodologia de luta popular. Essa experiência construída na práxis possui como principais componentes constitutivos: indignação e revolta, necessidade e interesse, consciência e identidade, experiência e resistência, concepção de terra de trabalho contra a de terra de negócio e de exploração, movimento e superação.

A partir de uma leitura crítica acerca da realidade dos novos movimentos sociais urbanos, através da análise do **movimento dos trabalhadores sem teto** com base em experiências empíricas que vêm acontecendo, ultimamente, no estado federado de Pernambuco, Otávio Augusto Alves dos Santos (Bacharel em Geografia e Mestrando em Desenvolvimento Urbano da UFPE) apresenta-nos as repercussões desses movimentos no processo contínuo da dinâmica de organização e produção de espaços geográficos. Em seguida, ele delineia alguns dos principais entraves que impedem a sua ação na direção concreta da mudança social. O que é realizado sob uma perspectiva, ao mesmo tempo, ampla, integrada e global da questão ora abordada e de crucial importância para o que está sendo socialmente delineado na cidade, em termos de novas práticas de movimentos sociais capazes de construir – ou não! – novas dinâmicas espaciais.

Discutindo o **papel dos atores econômicos na governança das cidades brasileiras** e analisando, com maior destaque, experiências ocorridas em Recife, a Professora Suely Maria Ribeiro Leal (UFPE) traz uma reflexão sobre os padrões de governança (calçados em princípios relativos à “*good governance*” e “*social empowerment*”), suas formas de expressão e suas implicações nos processos de desenvolvimento e governabilidade das cidades. Ela pretendeu promover um

debate sobre como projetos referenciados pelos princípios da participação popular e democratização da relação Estado/sociedade contemplam espaços políticos de representação dos atores econômicos, que, contraditoriamente, podem favorecer os interesses hegemônicos. E isso, supondo intrinsecamente a existência de uma contra hegemonia democrático-popular no seio do Estado. Ao final, ela recoloca a questão em termos da possibilidade da *cidade democrática* ser sufocada pela *cidade mercado*.

Destacando a **contribuição teórica dos estudos geográficos à compreensão dos movimentos sociais urbanos**, Katielle Susane do N. Silva (Bacharela em Geografia e Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFPE) traz uma abordagem de relevância para a reflexão sobre o papel da geografia no debate sobre os movimentos sociais urbanos. Ela debruça-se sobre um tema que, embora tendo implicado em ações e práticas de resistências cotidianas, despertou pouca atenção no campo da Geografia. Este escrito é fruto de uma pesquisa de caráter eminentemente teórico, tendo sido construído a partir de leituras de artigos e obras escritas por geógrafos que se dedicaram a esta temática. Ela conclui a sua reflexão, sustentando que a geografia, apesar de não ter muita tradição nos estudos sobre movimentos sociais, conseguiu lançar um novo prisma de análise para a compreensão dos movimentos sociais entendendo-os a partir de sua dimensão espaço/territorial.

Colocando a questão da necessidade do exercício da **construção de uma metodologia científica voltada aos espaços vividos dos movimentos sociais**, o Professor Cláudio Jorge Moura de Castilho (UFPE) faz uma reflexão, a partir de uma experiência de *comunicação* desenvolvida em uma ocupação em Recife, sobre possibilidades concretas para o desenvolvimento de uma metodologia científica coerente com a produção de espaços de vida efetivamente humanos. O autor começa o artigo recolocando a questão da dívida da ciência para com a sociedade. Em seguida, discute a perspectiva concreta da construção de uma metodologia socioterritorialmente pertinente aos espaços vividos dos movimentos sociais, destacando, posteriormente, a posição da geografia nesta discussão. Por último, defende, na conclusão do texto, a idéia de uma ciência que seja capaz de contribuir

à construção efetiva de uma metodologia voltada aos espaços vividos dos movimentos sociais.

Sem tratar diretamente de práticas relativas aos movimentos sociais, mas dos **riscos crescentes do processo de expansão urbana sobre o patrimônio público regional na área continental de Veneza**, o Professor Francesco Vallerani (*Università Ca' Foscari di Venezia-Italia*) discute os principais riscos concernentes aos irremediáveis processos de devastação e desaparecimento da herança pública regional (*heritage*) que remonta aos anos do então “milagre” econômico dos Seiscentos. Discussão que é realizada com relação ao contexto da atual crise econômica que, durante longo tempo, esteve intrinsecamente ligada à dinâmica contínua relativa à densificação dos processos de construção de edifícios e estradas, afetando a qualidade ambiental das terras continentais de Veneza. O autor argumenta que uma consciência mais imediata da atual tendência de crescimento deriva da perspectiva empírica relativa à prática de viajar pela região do Veneto (Norte da Itália), consistindo esta uma maneira de entender a confusão disforme representada pelo *urban sprawl* que se estende para além da cidade, tornando esta desprovida do campo. Ele ressalta, ainda, que se está diante do imperativo de insaciáveis tendências de crescimento que não se acham totalmente relacionadas com as exigências legítimas e desejáveis de um desenvolvimento harmonioso, mas com apetites relativos a uma corrida sem regras, que está mais adequada à expansão do consumismo, à especulação de terras, ao aumento do uso do cimento e às necessidades de mais estradas. O *urban sprawl* engendra, segundo ele, uma crueza generalizada em termos de desconforto e conflito social, reduzindo perspectivas de sociabilidade e convivência. A palavra “desconforto” foi usada de propósito pelo autor, sobretudo para realçar os efeitos negativos do sentido amplo que assume a densificação caótica que abrange as malhas da centurição romana, as mais expressivas realizações da paisagem palladiana, as margens dos cursos de água e os arredores dos antigos centros das cidades. Entretanto, ele ainda considera que as terras continentais de Veneza continuam proporcionando ambientes aquíferos de incontestável expressão e beleza, espaços nos quais a secular antropização acha-se representada pelo extraordinário patrimônio

cultural, com destaque para os projetos realizados do arquiteto Andrea Palladio. O que, por outro lado, deve constituir e reforçar uma base para alertar a sociedade contra as ameaças iminentes e difusas ao *heritage* regional. Ele ressalta que este alerta deve ser considerado como um elemento chave à tomada de quaisquer decisões urbanas verdadeiramente inovadoras tendo em vista políticas de uso da terra sensíveis à preservação e à requalificação do ambiente, suscitando oportunidades efetivas à promoção da qualidade de vida para os seus habitantes.

O artigo sobre **identidades urbanas na Sicília “africana” a partir do caso da cidade de Scicli na Idade Moderna**, de autoria do Professor Paolo Militello (*Università di Catania-Italia*) traz uma contribuição peculiar sobre a importância do processo histórico de formação de identidades urbanas. O território do sudeste da Sicília – localizando-se na ponta da ilha que mais se aproxima de Malta e do Norte da África – acha-se caracterizado por uma paisagem multifacetada. Plantações de milho cercadas por muros de pedras-secas ao longo das costas arenosas do *Capo Pachino*; jardins de vinhas e bosques de olivas nas periferias de pequenas cidades densamente povoadas, bem como os pastos das terras elevadas das montanhas *Iblei*. Este território apresenta-se, hoje, porém, muito diferente do que era no início da Idade Moderna, ou seja, ele constituía a parte da região que os historiadores chamavam de “Sicília Africana”: uma área natural estratégica, e, portanto, de importância geopolítica; uma terra em que Cristãos, Judeus e Turcos conviviam livremente, mas que contrabandeavam em uma perspectiva mais próxima de uma “ponte” que de uma “fronteira”. Diante desse quadro de referências, o autor retrata a identidade histórica do território e, em particular, de uma das suas cidades, Scicli, no início da Idade Moderna, a fim de contribuir para a compreensão dos conflitos em torno das identidades urbanas existentes. Com isso, ele procura elucidar as relações entre cidade, seus territórios e sociedades do passado, sendo isso fundamental na construção de novas dinâmicas espaciais na realidade estudada.

Cláudio Jorge Moura de Castilho
Recife, junho de 2012